

MARICÁ E A FÁBULA DO EMPREENDEDORISMO URBANO

Autora: Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves Pinto¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o incentivo da prefeitura de Maricá ao projeto de representantes do capital estrangeiro fundamentado na construção de um complexo hoteleiro-residencial. O município em questão reitera a tendência de desenvolvimento local articulado ao global, que vem se afirmando em termos de uma política urbana reprodutora da perspectiva da acumulação do capital.

Palavras chaves (política urbana, descentralização, empreendedorismo urbano)

Abstract

This paper aims to analyze the incentive of the city of Maricá to the project as representatives of foreign capital based in the construction of a hotel complex. The council reiterates concerned the trend of the overall local development articles, which has been saying in terms of an urban policy from the perspective of reproductive accumulation of capital.

Key words (urban policy, decentralization, urban entrepreneurship)

A cidade de Maricá vem sofrendo um grande aumento populacional nos últimos anos, o que exige por parte do governo municipal ações que superem problemas como a falta de autonomia econômica e a incapacidade de geração de empregos. Desta maneira, o poder público lança mão de estratégias de combate a estas problemáticas através da implementação de um novo Plano Diretor para o município.

Esse Plano se consubstancia, sobretudo, no incentivo a implantação de uma indústria do turismo, a partir da defesa da implementação do projeto Fazenda São Bento da lagoa; na construção de uma infra-estrutura capaz de prestar serviços ao setor petroquímico de onde já retira parte dos recursos que compõem o seu PIB e na criação de políticas de geração de trabalho e renda.

Supõe-se que tais medidas podem vir a substituir a função de cidade-dormitório historicamente conferida a Marica pela de prestadora de serviços às cidades limites e a capital. Mas afinal, quais são os fundamentos que baseiam o Plano Diretor do município?

Primeiramente cabe ressaltar, que o novo Plano Diretor de Maricá foi elaborado e consolidado em 2006 com a participação de agentes locais cujo perfil se define em termos dos comerciantes locais, de representantes da indústria de construção civil, de alguns

¹ Assistente social da UFRRJ, graduada pela UFRJ e Mestre em Serviço Social pela UERJ, Brasil, e-mail jenni_rjj@yahoo.com.br, telefone 95870135.

políticos locais e de pequena parcela da “sociedade civil” ou de uma pequena parcela da população mais “qualificada” que demonstra interesse mais claro pelos destinos da cidade. Nesse sentido a participação dos cidadãos maricaenses no processo de conformação do Plano Diretor é quase nula. A pouca publicização a cerca da questão parece ser um interveniente importante na falta de resposta da população aos chamados do governo local, mas também é possível atribuí-la à própria postura dos dirigentes locais que não desenvolvem um esforço no sentido de garantir tal participação.

Assim a pouca publicização do Plano e a estratégia de encontrar mecanismos que possam vir a proporcionar “o aumento e a distribuição de renda [...]” (Plano Diretor de Marica, 2006) constitui-se mesmo, uma tentativa explícita de por em prática na cidade um Plano Diretor sob as características de um Planejamento Estratégico, conforme sublinham alguns estudiosos da área (CARDOSO, 2005). É importante nesse eixo de reflexão indagar-se sobre, a) qual a distinção/aproximação entre os chamados Plano Diretor e Planejamento Estratégico? b) qual a função do Plano Estratégico no contexto da internacionalização do capital?

Estudos na área dão conta de que o Plano Diretor é uma forma que surge no bojo do Movimento Nacional de Reforma Urbana atuante na década de 1980 cuja concepção era caracterizada em um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter universalista e redistributivista, direcionado na redução das desigualdades sociais no meio urbano e na promoção de uma maior democratização do planejamento e da gestão urbana, (Souza, 2005). Sob essa ótica ele consiste em uma tentativa de abandono do caráter economicista impresso ao planejamento das cidades inaugurando a dimensão participativa na gestão dos recursos municipais e a redefinição da agenda política no sentido de universalizar os direitos à cidade.

Dessa maneira, ele difere fundamentalmente do Planejamento estratégico que busca a criação de um ambiente favorável aos negócios do capital com a marca do empreendedorismo, responsável pela substituição do caráter político da ação sobre a cidade pelo caráter administrativo. Nessa perspectiva a dimensão econômica do espaço ganha relevo através do seu tratamento como mercadoria que, comprada pelo capital, entra em sintonia com a dinâmica do modo de produção capitalista. Trabalhando em outro registro, Cardoso (2005) trabalha a diferença entre os dois planos no campo do direito sublinhando que o Plano Diretor se insere na rigidez das instituições de direito, enquanto o segundo se baseia na flexibilidade dessas instituições e na direção oposta ao direito à cidade.

Segundo Harvey (2005), nos últimos trinta anos criou-se um consenso ideológico em torno de supostos benefícios da adoção do comportamento estratégico na gestão da cidade (p.167). Esse modelo proveniente da Grã Bretanha e dos Estados Unidos, ² tem se espalhado por vários países, principalmente nos periféricos como o Brasil, demonstrando como os “macroatores” globais têm paralisado as ações locais. O mesmo autor observa que a ação estratégica que move o plano do mesmo nome nos países centrais é um mecanismo facilitador da passagem do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível.

Considerando os impasses desse modelo no Brasil a questão que aí se coloca é: quais são os principais agentes de incentivo ao empreendedorismo urbano que, na década de 90 interdita o ideário da reforma urbana tão enaltecido na constituição de 1988?

Sugere-se que a política global intermediada pelas agências multilaterais como BIRD e FMI determinam a incorporação do empreendedorismo urbano como mecanismo de superação da debilidade econômica e de integração à economia global. Encontra-se aí a sua relação direta com a divisão internacional do trabalho, que devido a mudanças no seu interior, resultantes da estabilidade da dinâmica do modo de produção capitalista exige o desenvolvimento de um comportamento competitivo, que impulsiona as cidades a lutar entre si pelo excedente do capital que, por sua vez, busca o melhor lugar para a superação de sua crise e garantia da sua reprodução.

A primeira cidade brasileira a adotar esse modelo foi o Rio de Janeiro em 1993 no primeiro mandato do prefeito César Maia. O Planejamento Estratégico carioca ³embasava-se em ações baseadas no city marketing⁴, nos grandes eventos culturais e esportivos e nas grandes infra-estruturas a serviço da globalização.

Essa forma de ação do governo do Rio de Janeiro influenciou certamente na decisão dos dirigentes de Maricá de copiar esse modelo de planejamento urbano;

² O empreendedorismo sempre foi uma marca dos governos centrais, porém nos anos de 1970 e 1980 houve uma pressão nos governos centrais desses países para que os governos locais superassem suas crises, através de atitudes e ações tratadas como inovadoras e empreendedoras, surgindo assim o que Harvey (op.cit) denomina como novo empreendedorismo urbano.

³ Ele foi elaborado através de um acordo de cooperação foi firmado entre a prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) para a elaboração do primeiro Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Para isso, essas entidades formaram um consórcio mantenedor³ para a contratação da empresa catalã TUBSA-Tecnologies Urbanes de Barcelona S. A, formado por representantes dos segmentos empresariais, comerciais e principalmente pelo financeiro. Observa-se assim a exclusão da participação de representantes da sociedade civil, demonstrando assim o caráter elitista do plano em questão.

⁴ Isso não se limitaria somente à estética da cidade, mas legitimaria a adesão às tendências internacionais. Essa idéia define a qualidade do espaço urbano como subjacente ao nível de competitividade,. Duarte e Junior (2007).

dependente economicamente da capital, Maricá se espelha também na forma de agir dos seus governos reproduzindo-a de forma quase automática. Assim, se no Rio o Planejamento estratégico deixa de lado na sua composição os movimentos sociais e mesmo parte da sociedade civil, em Maricá onde não se observou historicamente a presença de movimentos sociais ativos, o problema não podia ser diferente.

Nesse sentido vale indagar: o que há de comum entre o planejamento da cidade de Maricá e do Rio de Janeiro, a não ser que esse serve de modelo àquele?

Antes de responder essa questão vale salientar em primeiro lugar o processo de descentralização político administrativo e financeiro defendido e vulgarizado na constituição de 1988. Esse processo prevê autonomia para os municípios realizarem suas ações independente da União, Campans (1999).

Na verdade essa proposta parece bater de frente com a recomendação por parte dos organismos internacionais de financiamento na década de 90 “do bom gasto do dinheiro”. Essa proposta caminha mais no sentido de liberar o governo central dos gastos sociais com os Estados e os municípios, do que abrir espaço à uma autonomia progressista favorecedora dos direito à cidade.

Nessa direção procede a questão colocada por Souza (2005): *“que margem de manobra têm os governos locais se cabem a eles criar as condições necessárias para atrair investimento?”*

Tentando responder a essa pergunta ele diz do que se trata é de uma “ilusão de ótica” ideologicamente condicionada na medida em que os governos locais abrem mão do que podem para garantir o concurso das empresas e a permanência no local. Nas palavras dele:

Na esteira desse processo, pelo contrário, a posição do grande capital é que se torna cômoda: governos locais oferecem o que podem com o objetivo de atrair e segurar novas empresas e, enquanto faltam ou alegam faltarem recursos para investimentos em habitação popular, saneamento básico e regularização fundiária, etc; praticam a renúncia fiscal e canalizam recursos para investimentos em infra-estrutura para as empresas. O pretendido “aumento de poder da escala local” parece ser, essencialmente, uma ilusão de ótica ideologicamente condicionada. (p.32)

Considerando essa argumentação pode-se dizer que a postura dos governos locais que vem submetendo a descentralização ao modelo de Estado mínimo, se traduz

em um estímulo à negociação entre o capital financeiro internacional e aos poderes locais. Com isso, o caráter progressista da descentralização, presente na Carta Magna- que condiciona o êxito das políticas públicas à interação entre as três unidades federativas-é abandonada, em prol da municipalização. Tal fato acontece por meio da adoção das recomendações impostas por essas agências financiadoras que funcionam como ordenadoras da vida cotidiana (Castro, 1991), através da política de empreendedorismo.

Esse eixo de reflexão dá o tom à resposta sobre o que há de comum entre os Planos estratégicos do Rio de Janeiro e o de Maricá uma vez que a prática do empreendedorismo subtrai dos cidadãos o direito a cidade.

Em ambos os casos a fluidez da mobilidade do capital encontra na descentralização um meio favorável para sua realização, fazendo do Planejamento Estratégico muito mais uma articulação global/local que se especifica no sentido de solucionar a crise da sobreacumulação, do que uma resposta aos problemas locais. Nessa perspectiva o empreendedorismo opera um movimento de reterritorialização ou de reprodução do espaço que caminha mais no sentido do interesse da sobreacumulação do capital do que no do interesse local.

Considerando essa problemática, embora se tenda a ficar com a posição segundo a qual o local não é passivo, como reverter essa ação no sentido do interesse da população?

Deixando essa pergunta em aberto sugere-se que a recepção dos dirigentes da cidade de Maricá a proposta do projeto Fazenda São Bento da Lagoa⁵, funciona como uma estratégia para por em movimento as propostas contidas no seu chamado Plano Diretor. Isso aparece claramente em alguns dos trechos do referido Plano quando ele sublinha que o desenvolvimento econômico do município adere a propostas que

⁵ Promovido pelo grupo IDHB, que comprou a Restinga de Maricá por um valor de 20 milhões de reais. O projeto tem um modelo de financiamento aberto, que ainda se encontra indefinido, podendo passar por parcerias ou por intermédio de financiamento bancário. Segundo um representante do grupo, por enquanto o investimento empregado é somente de recursos da empresa IDHB. Esse grupo foi criado em 2006- mesmo ano da compra da Restinga- sendo formado por vários promotores associados: MadriLisboa e empresas investidoras denominadas como Avantis, Vancouver e Dico. Segundo nota divulgada em outubro de 2007 em um site português sobre finanças, “o projeto está dirigido às classes média alta e alta, sobretudo do mercado brasileiro”, mas o que não nega a possibilidade de inserir Maricá na rota do turismo das elites internacionais. A MadriLisboa, sócia majoritária desse empreendimento é uma empresa que possui pouco tempo de existência. Ela foi criada em 2000, com a junção de empresários portugueses e espanhóis, que primeiramente começaram a investir somente no mercado português, no entanto espantosamente já no ano de 2006 o faturamento da empresa foi de 20 milhões de euros. Para além do mercado português, o grupo também atua na Polônia, na Índia, na República Dominicana, no México e no Brasil

favoreçam “[...] a criação de uma infra-estrutura para o exercício das atividades industriais”.

Ora, essa é uma das contrapartidas que os empresários do projeto oferecem para se instalar na cidade e que é justificada pelos dirigentes da cidade pelo efeito multiplicador que teriam uma vez que o estabelecimento de uma infra-estrutura forte criaria possibilidades de novos investimentos na indústria da construção civil assim como em outros ramos do comércio e da indústria como a instalação de micro, pequenas e médias empresas, (PLANO DIRETOR DE MARICÁ, 2006).

Tudo isso rebateria segundo o discurso dos governantes de forma positiva na adoção de políticas de emprego e ou na indução de atividades de geração de trabalho e renda com possibilidade de maior absorção da mão de obra local.

Para criar uma opinião pública favorável ao empreendimento os governantes utilizam a mídia local e as audiências públicas como mecanismos de convencimento da população acenando com a possível criação de 40.000 empregos no prazo dez anos. Tal proposta reforça o argumento de que “o turismo se constituiria como a principal ferramenta de desenvolvimento local” (Jornal Exato-Agosto 2007), na medida em que os recursos advindos hoje do setor petroquímico são finitos.

A defesa do empreendimento se inscreve também no elogio da parceria público-privada pelo fato do empreendimento se constituir como o único responsável pela criação de uma infra-estrutura no espaço em torno da Área de Proteção Ambiental (APA), local onde se propõe construir um complexo hoteleiro-imobiliário. O papel do poder público parece se reduzir a um discurso de legitimação do empreendimento sob o argumento de que a quantia milionária empregada no empreendimento é superior a receita do município e que o seu projeto já estaria atraindo a atenção de vários investimentos animados com a possibilidade de aquecimento da atividade turística na região, comparando-o com em termos de magnitude a Costa do Sauípe, na Bahia. (Jornal Exato, abril 2007). Trata-se assim de eliminar qualquer entrave para a concretização do empreendimento, o que fica bem evidenciado nas audiências públicas utilizadas também com a finalidade clara de reduzir as resistências da sociedade maricaense.

O que o discurso não esclarece é que os investidores estrangeiros compraram a Restinga de Maricá-uma Área de Proteção Ambiental. O projeto prevê originalmente investimentos de cerca de 8 bilhões de reais, com a construção de um complexo turístico com até 500 quartos, condomínio de casas e prédios, centro empresarial, campo de golfe

e a inclusão em suas dependências da vila dos pescadores, além de uma marina com capacidade para mil embarcações.

Em contrapartida, para amenizar os impactos ambientais os investidores se comprometem em terminar a obra inacabada de saneamento básico do município, dragar o complexo lagunar que banha a cidade, construir um quebra mar na praia de Itaipuaçu e um hospital geral. Todas essas ações são conformadas ainda em termos de promessas não havendo nada oficial que assegure o seu cumprimento. De qualquer forma tudo aparece como se o setor privado assumisse o risco do negócio, o que vai à contra-mão da tendência das propostas empreendedoras nas quais os governos sempre assumem a responsabilidade sobre esses riscos, além de premiarem as empresas envolvidas com os incentivos fiscais.

Essas possíveis vantagens não tem sido suficientes para aplacar a resistência dos atores envolvidos com a questão ambiental responsáveis pela elaboração de um Plano de Manejo ⁶da área, o que criou um impasse dado na ameaça de abandono da construção do empreendimento. Mesmo que isso aconteça um fato é irrevogável: a compra de uma Área de Preservação Ambiental pelo capital financeiro, o que tende a reiterar a idéia de Maricá como uma área de reserva expansionista que pode, em um ou outro momento, ser potenciada pelo capital como alternativa de solução a crise de sobreacumulação.

Caso os entraves sejam superados o capital financeiro realizará ganhos em três âmbitos: o empreendimento propriamente turístico – o hotel residencial/apartamento que pode ser usado livremente pelos compradores/investidores; os serviços de lazer e de entretenimento que funcionam como fonte de lucro, a valorização imobiliária da área decorrente da presença desse tipo de empreendimento, o que gera o aumento da obtenção de renda através do solo, (RIBEIRO, 2007).

Quando se observa a questão do ponto de vista da sociedade maricaense, nota-se uma posição ambígua; se de um lado há um juízo positivo dos efeitos do empreendimento sobre a cidade, de outro, observa-se um sentimento meio indefinido que revela uma preocupação com a preservação ambiental. Nesse sentido vale dar relevo a um movimento que levanta questões à cerca da implementação desse negócio. Trata-se do

⁶ Plano de manejo da APA de Maricá restringe área de construção de resort. Ele foi aprovado, no dia 23 de julho de 2007 pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) impondo novas restrições para a ocupação da unidade de conservação. Com isso, o resort Fazenda São Bento da Lagoa teria que se enquadrar às novas regras. O novo plano de manejo restringiu a construção a cerca de 800 mil metros quadrados - o equivalente a 10% do total da unidade e a um terço do espaço pretendido pelos empresários para a instalação do resort, que é de 2,2 milhões de metros quadrados, (Jornal Exato, outubro de 2007).

Grupo SOS-APA⁷, que defendendo o desenvolvimento econômico e social da cidade, reage a qualquer empreendimento econômico que ameace a integridade do ecossistema da Restinga. Nessa ótica ele defende a implementação do resort nas áreas urbanas ou rurais do município que possuem potencial para a instalação de empreendimentos dessa natureza. Ao lado disso, questionam o negócio em questão como um complexo hoteleiro-imobiliário, afirmando que, na verdade o que se acena é com um loteamento de grande porte, onde seriam assentadas residências unifamiliares de luxo.

Nesse sentido parece ganhar expressão uma crítica não muito clara a falta de transparência das informações, acompanhada por uma preocupação com o destino das famílias de pescadores ⁸que moram na área onde se pretende construir o Resort. Independente das posições dos atores envolvidos percebe-se que se o empreendimento for instalado em Maricá, ele poderá influir nas políticas de trabalho e renda assim como no perfil da força de trabalho local, que adquire maiores condições de integração no mercado de trabalho. Isso, entretanto, não significa que ele poderá absorver a maioria da força de trabalho local não só porque não tem potencial para isso, mas também porque ele pode importar uma mão de obra mais qualificada e disponível tanto na capital como nas cidades vizinhas.

Conformar o problema nesses termos é desvelar um pouco a ilusão ideológica que parece impressa na estratégia do Plano Diretor da cidade quando sugere a criação de 40.000 empregos. Atuando como pressuposto do planejamento estratégico tal perspectiva parece pretender dar combate ao desemprego vigente na cidade, com o véu de um empreendedorismo ainda incipiente. Essa perspectiva abre dilemas que estruturados com a não conformação de uma sociedade fundada no salário faz do empreendedorismo o principal ator para suprir essa ausência. .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Para o movimento, a restinga é um ecossistema complexo em que estão presentes espécies de fauna e flora extremamente importantes para o equilíbrio ecológico (espinheiro maricá, orquídeas, bromélias, aves migratórias etc) estando diversas delas em risco de extinção, com uma função protetora contra a erosão. (www.territoriolivre.marica.com.br)

⁸ Segundo matéria publicada em um jornal local, o projeto do grupo espanhol garantiria os direitos dos pescadores e seus descendentes na colônia do Zacarias com garantia de titulação de propriedade de terrenos e casas. Asseguraria também reserva de empregos gerados no empreendimento para moradores do município e a preservação da Área de Proteção Ambiental da Restinga, além da construção de um píer exclusivo para os pescadores e a criação de camarões peixes e moluscos em cativeiro para comercialização interna do empreendimento. Mesmo com todas essas promessas, os pescadores se dizem contrários à implantação de um resort na Restinga. Wilson Corrêa, presidente da Associação de Pescadores de Zacarias afirma que não são contrários ao estabelecimento do Resort para o município, mas não o querem na Restinga, (Jornal do Município, outubro 2007).

O empenho do governo local para a implementação do projeto Fazenda São Bento da Lagoa em Maricá se traduz em uma idéia na qual a sua chegada resolveria uma boa parte dos problemas do município expressos na sua debilidade econômica, na sua deficiência infra-estrutural e na ausência de uma política histórica de emprego. Nesse sentido a prefeitura desconsidera a questão ambiental, promovendo a venda de um patrimônio da natureza –a Restinga de Maricá–em prol dos interesses inteiramente econômicos.

Pela primeira vez desenha-se na cidade uma política urbana estreitamente benéfica ao capital estrangeiro, que encontra no governo um poderoso aliado para promover o seu negócio. A questão ainda não está definida, o impasse ainda existe, mas como a resistência a esse projeto é muito fraca e como já se criou no imaginário da sociedade maricaense uma idéia em torno dos supostos benefícios do Resort, o grupo luso-espanhol pode vir a ter sucesso na sua empreitada. Infelizmente tudo caminha para que Maricá se torne uma “reserva expansionista” a serviço do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**. São Paulo: UNESP, 2005.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. **Espaço e Debates**, nº32 ano XI, 1991.

BIZELLI, José Luiz. A socialização do direito à cidade: a questão da governança pública. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, São Paulo.

CARDOSO, I.C.C. Cenas cariocas de transformação nas formas de trabalho e da cidade: onde está a invenção política? Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

DUARTE, Fábio; JÚNIOR, Sérgio Czajkowski. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública** vol.41, n.2, Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Slark.. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução: Rubem Eduardo Frias. 4 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

_____. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Plano Diretor de Maricá, 2006**.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A cidade-mercadoria: a mixofobia no paraíso tropical. Qual o lugar dos pobres no urbano brasileiro? Disponível em: <http://web.observatoriodasmetroles.net>.

SANTOS, César Ricardo Simoni. **Dos negócios na cidade à cidade como negócio...** In: Cidades, v.3, n 5, 2006, p.101-122.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Cidades, globalização e determinismo econômico**. In: Cidades, v.3, n 5, 2006, p.101-122.

JORNAIS

Jornal Exato-Maricá, Agosto 2007.

Jornal Exato-Maricá, Abril 2007.